



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Registro: 2021.0000217246

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2007653-87.2021.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante MICROSOFT DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE SFTWARE E VIDEO GAMES LTDA, são agravados ---
 -----, ----- e -----.

ACORDAM, em 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso, com observação. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS ABRÃO (Presidente), BENEDITO ANTONIO OKUNO E LAVÍNIO DONIZETTI PASCHOALÃO.

São Paulo, 24 de março de 2021

CARLOS ABRÃO

RELATOR

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 50059 (Processo Digital)

Agravo de Instrumento nº 2007653-87.2021.8.26.0000

Comarca: São Paulo (19ª Vara Cível)

Agravante: **MICROSOFT DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO
 DE SFTWARE E VIDEO GAMES LTDA**

Agravados: -----, ----- E -----

Número na origem: 1107633-49.2020.8.26.0100

Relator: **CARLOS ABRÃO**

Órgão Julgador: **14ª Câmara de Direito Privado**

AGRAVO DE INSTRUMENTO TIRADO CONTRA R.
 DECISÃO QUE DENEGOU TUTELA ANTECIPADA DE
 URGÊNCIA - PROCESSOS CONEXOS - JUÍZO DE
 VEROSSIMILHANÇA - TUTELA PARCIALMENTE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

CONCEDIDA COM FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA - DESVINCULAÇÃO DO USO E DA IMAGEM DA MICROSOFT MANTIDA SEM PREJUÍZO DO EXAME DE MÉRITO DE AMBAS AS LIDES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.

Desafia o agravo r. decisão que denegou tutela antecipada de urgência, existente entre as mesmas partes, em polos invertidos, demanda pretérita, buscando a agravante concessão de tutela de urgência para evitar uso do seu nome para fins de contratos administrativos, uma vez que cessou seu relacionamento empresarial, querendo desta forma evitar risco maior e prejuízo irreversível, crava efeito suspensivo ativo, desenha provimento (fls. 01/17).

VOTO Nº 2/6

Recurso tempestivo, contempla preparo (fls. 327/328).

Concedeu-se parcial tutela de urgência para inibir que a requerida agravada utilizasse para todo e qualquer fim o nome da Microsoft, dispensada as informações.

Sobreveio contraminuta (fls. 354/398).

Messe documental (fls. 399/499).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Feita oposição ao julgamento virtual.

Instou-se a agravante à respectiva manifestação.

Sobreveio pronunciamento (fls. 508/513).

É O RELATÓRIO.

O recurso, em parte prospera, com observação.

A longa, detalhada e minuciosa manifestação da parte

VOTO Nº 3/6

agravada, corroborada por farta messe probatória, não logrou alterar a compreensão a respeito da parcial concessão da tutela antecipada, na medida em que a vedação e veiculação da marca da recorrente não prejudica os negócios jurídicos contratuais pretéritos e não abala, por si só, os litígios em tramitação.

Existente um plexo de relações comerciais entabuladas entre as partes sob a forma de parceria, por motivos específicos, as partes se desentenderam, acarretando com isso a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

propositura de ação para manutenção de 64 contratos e a respectiva revisão do saldo devedor, soma superior a 11 milhões de reais.

O doutro juízo, ao apreciar ambas as tutelas de urgência, resolveu denegá-las por entender essencial o contraditório, deliberando ainda único sentenciamento.

Nada obstante, e sem prejuízo do juízo de valor e da própria decisão de mérito, presente verossimilhança na dicção da concessão de parcial tutela de urgência para inibir o uso e veiculação da expressão Microsoft, sob pena de multa diária fixada.

VOTO Nº 4/6

É evidente se tratar de tutela provisória, a qual terá conotação mais ampla ao longo da instrução e por força da sentença reportada a ambos os procedimentos.

Enquanto pretende a agravada rever o montante de sua dívida, manter os contratos, refratária a essa posição, pois, a recorrente busca a cobrança dos valores devidos e também a não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

utilização do seu nome em qualquer atividade a ser desenvolvida pela empresa requerida.

Presentes os requisitos de forma e de fundo, no juízo de delibação, em caráter transitório, provisório, deve ser concedido, em parte, o provimento de urgência para inibir o uso para qualquer finalidade do nome Microsoft, sob pena de multa diária.

A suspensão provisória e também temporária proveniente da tutela antecipatória de urgência tem o condão de evitar novas desinteligências e prejuízos irreversíveis, na medida em que a agravada se apresenta na qualidade de parceira da agravante, a qual, perante terceiros, tem por escopo o dever, não apenas de preservar sua imagem, mas sobretudo de garantir o produto fruto do negócio contratual.

VOTO Nº 5/6

Não se verifica presente qualquer prequestionamento, feitas as advertências de praxe para eventuais recursos protelatórios ou manifestamente infundados, sujeitos às sanções processuais correlatas, inclusive fixação de verba honorária recursal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Isto posto, monocraticamente, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso, concedendo em parte tutela de urgência exclusivamente para impedir e inibir o uso do nome da Microsoft nas relações comerciais e negociais da requerida, ratificando, portanto, o provimento antecipatório de urgência, sob pena de multa diária de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), limitada a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

CARLOS HENRIQUE ABRÃO

Relator

VOTO Nº 6/6